

## PROPÓSITOS E PRINCÍPIOS DA O. N. U. e da O. E. A.

*Gutenberg de Campos*  
Professor da Faculdade de  
Direito de Baurú

Na conceituação precisa de *Hildebrando Accioli*, Direito Internacional Público é o conjunto de princípios ou regras destinados a reger os direitos e deveres internacionais, tanto dos Estados ou outros organismos análogos, quanto dos indivíduos.

Dentre as pessoas do Direito Internacional Público, chamadas derivadas, criadas pelos próprios Estados, destacam-se duas organizações que possuem princípios e propósitos que assinalam a excelência moral, política e jurídica do próprio Direito das Gentes: a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos, respectivamente, denominadas pelas siglas O.N.U., e, O.E.A. Estes organismos fôram criados com objetivos claros e propósitos explícitos. No respeito a êstes postulados e na prática dêstes objetivos, os Estados têm a sua própria segurança e a comunidade internacional a sua preservação, num clima de paz, progresso e dignidade.

Numa Revista como esta, destinada a informar e inspirar jovens consciências jurídicas, cabe bem a transcrição, pura e simples, dos altos princípios e dos nobres propósitos dos organismos internacionais supra citados.

A Organização das Nações Unidas possui, por Lei Básica, a Carta das Nações Unidas, aprovada na Conferência Mundial reunida em 1945, na cidade de S. Francisco da Califórnia, Estados Unidos. O documento é cons-

tituido de um preâmbulo, 111 artigos, e de um anexo contendo o Estatuto da Côrte Internacional de Justiça. Os princípios e fins da O.N.U., estão explicitados no preâmbulo e nos primeiros três artigos da referida Carta, e são os seguintes:

“Nós os povos das Nações Unidas,

Decididos

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vêzes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis á humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como nações grandes e pequenas, e

a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito ás obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla,

e *para fins tais* a praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e

a unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a fôrça armada não será usada a não ser no interesse comum, e

a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos,

*Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução dêsses objetivos.*

Em vista disso, nossos respectivos govêrnos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exhibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, convieram na presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas.

*Propósitos e Princípios.*

Art. I - Os propósitos das Nações Unidas são:

- 1 - Manter a paz e a segurança internacionais e, para êsse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças á paz e reprimir atos de agressões, ou outra qualquer ruptura da paz, e chegar, por meios pacíficos, e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
- 2 - Desenvolver relações amistosas entre as nações baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de auto-determinação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
- 3 - Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cutural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e ás liberda-

des fundamentais para todos, sem distinção de raças, sexo, língua ou religião; e

- 4 - Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

**Art. II - A Organização e seus Membros, para a realização dos propósitos mencionados no Art. I, agirão de acôrdo com os seguintes Princípios:**

1. - A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus MEMBROS.
2. - Todos os Membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de Membro, deverão cumprir de boa-fé as obrigações por êles assumidas de acôrdo com a presente Carta.
3. - Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.
4. - Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas.
5. - Todos os Membros darão às Nações Unidas tôda assistência em qualquer ação a que elas recorrem de acôrdo com a presente

Carta, e se absterem de dar a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.

6. - A Organização fará que os Estados que não são Membros das Nações Unidas ajam de acordo com êsses Princípios em tudo quanto fôr necessário á manutenção da paz e da segurança internacional.
7. - Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos têrmos da presente Carta; êste princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas do capítulo VII."

\* \* \*

A *Organização dos Estados Americanos*, depois de várias tentativas para se constituir definitivamente, foi afinal, instituída na 9.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana, reunida em Bogotá. Sua Carta Magna foi assinada nesta Conferência, a 30 de abril de 1948. Os propósitos e princípios da O.E.A. acham-se exarados no preâmbulo e nos dois primeiros capítulos da Carta. Têm a seguinte redação:

EM NOME DOS POVOS, OS ESTADOS REPRESENTADOS  
NA IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA,

Convencidos de que a missão histórica da  
América é oferecer ao homem uma terra de li-

berdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e á realização de suas justas aspirações;

Conscientes de que esta missão já inspirou numerosos convênios e acôrdos cuja virtude essencial se origina no seu desejo de conviver em paz e de promover, mediante sua mútua compreensão e seu respeito pela soberania de cada um, o melhoramento de todos na independência, na igualdade e no direito;

Certos de que o verdadeiro sentido da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar nêste Continente, dentro do quadro de instituições democráticas, um regíme de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem;

Persuadidos de que o bem-estar de todos êles, assim como sua contribuição para o progresso e para a civilização do mundo exigirão, cada vez mais, uma intensa cooperação continental;

Resolvidos a perseverar na nobre empresa que a HUMANIDADE confiou ás Nações Unidas, cujos princípios e propósitos reafirmam solenemente; e

Convencidos de que a organização jurídica é uma condição necessária à segurança e à paz, baseadas na ordem moral e na justiça; e

De acôrdo com a Resolução IX da Conferência sôbre Problemas da Guerra e da Paz, reunida na cidade do Mexico,

**RESOLVERAM**, assinar a seguinte

*Carta da Organização dos Estados Americanos*

## Capítulo I: *Natureza e Propósitos*

Art. 1 - Os Estados Americanos consagram nesta CARTA a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional.

Art. 2 - São Membros da Organização todos os Estados Americanos que ratificarem a presente Carta.

Art. 3 - Na Organização será admitida toda nova entidade política que nasça da união de vários de seus Estados-membros e que, como tal, ratifique esta Carta. O ingresso da nova entidade política na Organização redundará para cada um dos Estados que a constituem em perda da qualidade de Membro da Organização.

Art. 4 - Para realizar os princípios em que se baseia e cumprir suas obrigações regionais, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos estabelece, como propósitos essenciais, os seguintes:

- a) garantir a paz e a segurança continentais;

- b) prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus Membros;
- c) organizar a ação solidária dêstes em caso de agressão;
- d) procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos, que surgirem entre êles; e
- e) promover, por meio de ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

## Capítulo II: *Princípios*

Art . 5 - Os Estados Americanos reafirmam os seguintes princípios:

- a) O direito internacional é a norma de conduta dos ESTADOS em suas relações recíprocas;
- b) A ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito á personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional;
- c) A boa-fé deve reger as relações dos Estados entre si;
- d) A solidariedade dos Estados Americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização política dos mesmos com base no



- exercício efetivo da democracia representativa;
- e) Os Estados Americanos condenam a guerra de agressão: a vitória não dá direitos;
  - f) A agressão a um Estado Americano constitui uma agressão a todos os demais Estados Americanos;
  - g) As controvérsias de caráter internacional que surgirem entre dois ou mais Estados Americanos deverão ser resolvidas por meio de processos pacíficos;
  - h) A justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura;
  - i) A cooperação econômica é essencial para o bem-estar e para a prosperidade comuns dos povos do Continente;
  - j) Os Estados Americanos proclamam os direitos fundamentais da pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo;
  - k) A unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito aos valores culturais dos países americanos e requer a estreita colaboração dêste em favor das altas finalidades da civilização;
  - l) a educação dos povos deve orientar-se para a justiça, a liberdade e a paz."

Tanto a Organização das Nações Unidas quanto a Organização dos Estados Americanos, - pelos princípios e propósitos consagrados, solenemente, em suas Magnas Cartas -, visam alvo que deve impressionar a alma e a consciência de todos os homens responsáveis: livrar a humanidade do flagelo da guerra pela educação dos povos nos caminhos da justiça, da liberdade e da paz.

Acha, no entanto, o autor deste artigo, que condição precípua para a consecução desse grandioso ideal está na aceitação cordial, honesta e consciente, pelos líderes políticos e intelectuais das gentes, da obra redentora de Cristo, obra redentora das consciências e das instituições humanas.

O Direito Internacional Público realizará, cabalmente, seus altos designios e admiráveis propósitos, quando os povos e os titulares dos poderes constituídos, dobrarem seus joelhos diante do PRÍNCIPE da PAZ.